



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região

## **Ação Trabalhista - Rito Ordinário 1001255-37.2020.5.02.0052**

### **Processo Judicial Eletrônico**

**Data da Autuação:** 16/11/2020

**Valor da causa:** R\$ 401.498,75

**Partes:**

**RECLAMANTE:** ANDRE RIZEK LOPES

ADVOGADO: MONA HAMAD LEONCIO

ADVOGADO: MAURICIO DE SOUSA PESSOA

**RECLAMADO:** ABRIL COMUNICACOES S.A.

ADVOGADO: RODRIGO SEIZO TAKANO

**RECLAMADO:** FABIO SOARES DE MIRANDA CARVALHO

ADVOGADO: Renato Noriyuki Dote

**RECLAMADO:** GIANCARLO FRANCESCO CIVITA

ADVOGADO: Geraldo Baraldi Junior

**RECLAMADO:** VICTOR CIVITA

ADVOGADO: Geraldo Baraldi Junior



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO  
52ª VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO  
**ATOrd 1001255-37.2020.5.02.0052**  
RECLAMANTE: ANDRE RIZEK LOPES  
RECLAMADO: ABRIL COMUNICACOES S.A. E OUTROS (4)

No dia 24 do mês de junho do ano 2021, na 52ª Vara do Trabalho de São Paulo, deu-se abertura desta audiência pela MM. Juíza do Trabalho, Ana Livia Martins de Moura Leite, para julgamento da demanda trabalhista ajuizada por ANDRÉ RIZEK LOPES em face de ABRIL COMUNICAÇÕES S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, FABIO SOARES MIRANDA DE CARVALHO, GIANCARLO FRANCESCO CIVITA e VICTOR CIVITA. Aberta a audiência, foram apregoadas as partes. Ausentes. Em seguida, foi proferida a seguinte decisão.

#### I. RELATÓRIO

ANDRÉ RIZEK LOPES ajuizou reclamação trabalhista em face de ABRIL COMUNICAÇÕES S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, FABIO SOARES MIRANDA DE CARVALHO, GIANCARLO FRANCESCO CIVITA e VICTOR CIVITA alegando, em síntese, que: manteve contrato de trabalho com a 1ª Reclamada entre 01/03/2001 e 26/01/2009, na função de jornalista; no exercício de suas atividades foi obrigado a assinar reportagem, em razão da qual foi acionado na Justiça Comum juntamente com a empregadora; foi condenado solidariamente a ela no pagamento de indenização por danos morais às pessoas mencionadas na reportagem; embora a empregadora estivesse obrigada por norma coletiva e compromissos assumidos formalmente, a arcar com os valores objeto de condenação, fez pagamento apenas parcial, tendo o Reclamante custeado parte do valor; sustenta haver sofrido dano pós-contratual. Pleiteia indenização por danos morais e materiais, responsabilização do acionista e dos ex-acionistas, além do exposto às fls. 36/37. Atribuiu à causa o valor de R\$ 401.498,75. Juntou documentos e procuração (fl. 38).

Tutela de urgência indeferida, fl. 1560.

A primeira proposta de conciliação foi recusada.

A 1ª Reclamada apresentou defesa escrita, fls. 1636 e ss., acompanhada de documentos. Sustenta: que à época do ajuizamento da ação cível, o Reclamante era empregado da empresa e optou por constituir o patrono da Ré para representá-lo; que em virtude de recuperação judicial, ficou impedida de efetuar o

pagamento da totalidade das condenações, tendo o Reclamante assumido parte delas; que com o ajuizamento da presente o Reclamante intenta se esquivar do plano de recuperação judicial. Pugna pela improcedência total dos pedidos.

O 2º Reclamado Fabio apresentou contestação às fls. 1998, 3º e 4º Reclamados, Giancarlo e Victor Civita, se defendem às fls. 1823 e ss., arguindo diversas preliminares e impugnando, em especial, o requerimento de condenação solidária.

O Reclamante teve vista das defesas e documentos, réplica apresentada, fls. 2244 e ss.

Prova oral produzida, com a oitiva das partes.

Não havendo outras provas a serem produzidas, a instrução processual foi encerrada.

Razões finais escritas.

Rejeitada a derradeira tentativa conciliatória.

É o que importa relatar. Decido.

## II. FUNDAMENTAÇÃO

### COMPETÊNCIA MATERIAL

Rejeito a preliminar de incompetência material aventada pelos réus.

A pretensão resistida está vinculada ao contrato de trabalho havido entre o Reclamante e a 1ª Reclamada, atraindo, assim a competência desta Justiça Especial, nos termos do artigo 114 da Constituição da República.

Como é cediço, desde o advento da Emenda Constitucional 45, de 08 de dezembro de 2004, a competência da Justiça do Trabalho foi ampliada, sendo que, do artigo 114, VI, da Constituição da República, passou a constar, de forma expressa, a competência para julgamento das “ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho”.

Assim, tendo em vista que o pleito autoral se baseia em fatos originados no decorrer do pacto laboral, ainda que os danos tenham se verificado após o término da relação de emprego, é competente a Justiça do Trabalho para conhecer e julgar a presente demanda.

Neste ponto friso que esta ação não versa sobre a validade ou não do plano de recuperação judicial existente, análise esta que, de fato, não compete a esta Especializada.

O que pretende o Reclamante é o deferimento de indenização por danos morais e materiais vinculados a seu contrato de trabalho. Alega, para tanto, que estes não se sujeitam à recuperação judicial, ante à sua natureza. E quanto a esta, em se tratando de questão incidental necessária à apreciação do pleito principal, é de rigor seja também objeto de decisão por parte deste Juízo.

#### SOBRESTAMENTO DO FEITO

Rejeito o requerimento de sobrestamento ou suspensão do presente feito. A Lei 11.101/05 é clara ao permitir, em seu artigo 6º, §1º, o prosseguimento das demandas perante o Juízo competente até regular liquidação:

*“Artigo 6º, §1º Terá prosseguimento no juízo no qual estiver se processando a ação que demandar quantia ilíquida.”*

Aliás, o §2º, da mesma norma, permite de forma expressa o prosseguimento das demandas trabalhistas até apuração final do crédito:

*“Artigo 6º, §2º É permitido pleitear, perante o administrador judicial, habilitação, exclusão ou modificação de créditos derivados da relação de trabalho, mas as ações de natureza trabalhista, inclusive as impugnações a que se refere o art. 8º desta Lei, serão processadas perante a justiça especializada até a apuração do respectivo crédito, que será inscrito no quadro-geral de credores pelo valor determinado em sentença.”*

#### INÉPCIA

Requerem os Reclamados a declaração de inépcia da inicial, afirmando que os pedidos não foram liquidados. Primeiramente, esclareço que não há

qualquer exigência legal quanto à apresentação de memória de cálculo juntamente com a petição inicial sob pena de não ser atendido o princípio da simplicidade que rege o processo do trabalho, nos termos do art. 840, da CLT.

A vestibular contém explanação dos fatos e formula pedidos certos e determinados, atendendo de forma plena aos ditames legais, inclusive no tocante à indenização por danos morais, assim como à orientação do art. 12, §2º, da Instrução Normativa 41/ 2018, do C. TST.

Finalmente, não é aplicável nesta esfera a exigência do art. 319, II, do CPC, quanto à indicação de endereço eletrônico do autor.

#### CARÊNCIA DE AÇÃO. INTERESSE E LEGITIMIDADE.

A pessoa física do acionista ou sócio, integrante do quadro societário da empresa, não se confunde com a pessoa jurídica. Tanto é assim, que o autor foi contratado pela primeira ré, sendo ela a principal responsável pelo pagamento das pretensões eventualmente deferidas.

Apesar disso, as recentes alterações à legislação processual civil e à trabalhista promovidas por intermédio das Leis 13105/15 e 13467/2017 trouxeram incidente processual a ser instaurado na hipótese de se aventar descon sideração da personalidade jurídica da empresa e principal devedora, em caso de insolvência por parte desta e não satisfação dos créditos trabalhistas. Referido incidente, nos termos dos artigos 133 a 137 do Código de Processo Civil e artigo 855-A, da Consolidação das Leis do Trabalho, uma vez que tem o condão de suspender os trâmites processuais, pode vir a ser entrave à economia e celeridade processuais consagradas pela Constituição da República.

Nesse sentido, alterando entendimento anterior, submeto-me à letra da lei, rejeitando as preliminares de falta de interesse processual e ilegitimidade de parte com relação às pessoas físicas integrantes do polo passivo desta reclamatória.

Determino, por conseguinte, a sua permanência na presente, sendo a possibilidade de atingimento de seu patrimônio pessoal analisada desde já.

Friso que a inclusão de tais pessoas neste momento processual é medida que vai ao encontro dos princípios da celeridade e efetividade consagrados constitucionalmente, permitindo-se, ainda, amplo contraditório e garantia de defesa por parte dos eventuais atingidos pelo acolhimento do requerimento de descon sideração da personalidade jurídica da empregadora.

Rejeito, ademais, a preliminar de ausência de interesse processual em virtude do requerimento de habilitação do crédito do autor junto ao Juízo da recuperação judicial (fls. 1964 e ss), tendo em vista que a falta de interesse somente ocorreria com o efetivo pagamento do crédito demandado. Não há, contudo, notícia de que a habilitação tenha sido deferida pelo Juízo competente.

#### PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA

Rejeito a prescrição suscitada pelos Reclamados.

Em que pese a extinção do contrato de trabalho ter ocorrido no ano de 2009, a presente demanda tem por objeto danos ocorridos após referida data, não havendo que se falar na prescrição bienal dos artigos 7º, XXIX, da Constituição da República e 11, da CLT.

O mesmo se diga com relação ao prazo prescricional de 5 anos previsto também nas normas acima ou de 3 anos, do art. 206, §3º, do Código Civil, uma vez que o ajuizamento se deu em 16/11/20.

Consigno que os valores objeto de questionamento foram pagos pelo autor nas seguintes datas:

- a Francisco Wagner Nascimento: 29/11/19 (fls. 285/286).
- a Sérgio Simões de Jesus: 10/06/20, 02/07/20 e 06/08/20 (fls. 287/289).

Depreende-se, assim, com base na teoria da *actio nata*, que não há prescrição a ser declarada.

Nada a deferir.

#### REVELIA

Rejeito o pleito de revelia da 1ª Reclamada, considerando-se que a citação ocorreu em 01/12/2020, conforme documento juntado à fl. 1599.

DANOS PÓS-CONTRATUAIS. DANOS MATERIAIS. DANOS MORAIS.

Sustenta o autor ter sido admitido pela 1ª Reclamada em 01/03/01, como jornalista. O contrato de trabalho perdurou até 26/01/09. Alega que no exercício de suas funções foi obrigado a assinar reportagem denominada "A História dos Aspirantes", veiculada na edição 1173, de março de 2001, da Revista Placar. Em razão dela, foi acionado na Justiça Comum por três pessoas citadas na reportagem, quais sejam, Fábio Cambraia Salles, nos autos do Processo nº 0226554-14.2002.8.26.0100, Francisco Wagner do Nascimento, Processo nº 0022871-16.2003.8.26.0100 e Sérgio Simões de Jesus, Processo nº 0156616-92.2003.8.26.0100. Em todas as demandas foi condenado solidariamente com a empregadora a indenizar referidas pessoas, condenações estas transitadas em julgado.

Aduz a parte reclamante que, em que pese serem da empregadora os riscos do negócio, estando esta também obrigada a arcar com eventuais condenações por força de norma coletiva, a 1ª Reclamada realizou pagamento integral de apenas uma das condenações, relativa a Fabio Cambraia Salles. Quanto aos demais, foi o autor obrigado a arcar pessoalmente com parte dos valores.

Para Francisco Wagner do Nascimento efetuou o pagamento da quantia total de R\$ 620.000,00 (fls. 285/286) em 29/11/19, dos quais teve R\$ 310.000,00 reembolsados pela empregadora (fl. 290) na mesma data.

Para Sérgio Simões de Jesus, por sua vez, pagou R\$ 118.889,04, em 10.06.2020 (fl. 287), R\$ 46.696,96, em 02.07.2020 (fl. 288) e R\$ 235.912,71, em 06.08.2020 (fl. 289), recebendo o mesmo valor total de reembolso, de R\$ 310.000,00, nas datas de 25/06/20, 10/07/20 e 10/09/20 (fls. 291, 292 e 293).

Sustenta ser credor da quantia de R\$ 401.498,75.

A Ré, em defesa, não nega os fatos acima narrados. Afirma que, em atendimento à norma coletiva vigente à época dos fatos, cabia a ela, como empregadora, arcar com as despesas dos processos e suas condenações, o que foi feito com relação a Fabio Cambraia Salles. Para as demais condenações, contudo, não foi possível efetuar o pagamento integral em virtude do deferimento do processamento de sua recuperação judicial em 16/08/2018, Processo nº 108473343.2018.8.26.0100, em trâmite perante a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo. Alega que as dívidas em questão estão sujeitas ao concurso de credores, conforme art. 49, da Lei 11.101/05, visto que anteriores à recuperação, tese esta também invocada pelas demais pessoas integrantes do polo passivo. Os pagamentos ao autor foram feitos com observância dos limites da Cláusula 6.1.2 do plano.

Analiso.

A leitura atenta das defesas e suas respectivas teses permite concluir que o crédito do reclamante é incontroverso.

O valor demandado não é contestado pelos réus, está amplamente amparado por documentos e não há dúvidas de que foi efetiva e integralmente pago pelo autor.

#### Cobrança dos Valores por Intermédio da Presente

A discussão primeiramente a ser dirimida, portanto, se refere à possibilidade de cobrança dos valores pelo autor por meio da presente demanda. Pretendem os réus fazer crer que o Reclamante concordou com os termos do acordo e pagamentos executados nas demandas cíveis, tinha ciência da tese de defesa adotada pelo advogado que o patrocinou e, por fim, que concordou com os limites do plano de recuperação judicial, ao fazer o requerimento de reembolso com base nele.

Em que pesem os argumentos defensivos, nenhum deles implica em impedimento a que o autor, legítima e licitamente, pretenda ser ressarcido pelos valores com os quais se viu obrigado a arcar.

O que restou amplamente demonstrado é que o autor acreditava, desde o início, que a empregadora arcaria integralmente com os valores por ele gastos com as condenações. Isso é mesmo confirmado pela peça defensiva apresentada pela ex-empregadora, com a confissão no sentido de que, por força de norma coletiva, era a única responsável por despesas processuais e eventuais condenações advindas demandas judiciais. Assim, claro está que o fato de ter ou não participado de alinhamento de teses jurídicas de defesa – o que não se confirmou, haver concordado com os valores objeto de acordo com os autores das demandas cíveis ou mesmo ter realizado os pagamentos espontaneamente, não afasta qualquer direito de ressarcimento pelo autor da presente.

No que se refere ao pedido de reembolso, ainda que parcial, em atendimento ao plano de recuperação judicial da empregadora, tampouco significa renúncia quanto à possibilidade de cobrança dos valores restantes por quaisquer outros meios. Não há qualquer ajuste nesse sentido, não houve declaração expressa por parte do reclamante à época, tampouco aceite ou ciência de que o ressarcimento poderia ocorrer exclusivamente por intermédio de tal via, em prejuízo aos valores excedentes. Em verdade, em se tratando de pessoa física que arcou com importâncias vultosas, obviamente a melhor estratégia era obter o maior ressarcimento possível, pela via mais rápida e a única opção – segundo delineado nestes autos – era requerê-lo nos termos do plano de recuperação judicial.



A documentação juntada pela empregadora, notadamente correspondências eletrônicas trocadas entre as partes (fls. 1705 e ss.), deixa claro o descontentamento do autor com relação aos pagamentos por ele efetuados e sua crença no sentido de que a ré arcaria com o valor das condenações.

#### Natureza do Crédito

Ultrapassada a primeira discussão, mister se faz determinar, incidentalmente, a natureza do crédito objeto destes autos.

Sustenta o autor se tratar de crédito de natureza extraconcursal, tendo havido danos pós-contratuais, enquanto os réus afirmam se tratar de crédito concursal, com sub-rogação, com fulcro no artigo 283, do Código Civil.

Classificam-se como créditos concursais, nos termos do art. 49, da Lei 11.101/05, aqueles vencidos na data do deferimento do processamento da recuperação:

*“Art. 49. Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos.”*

Os créditos extraconcursais, a seu turno, são aqueles definidos pelos artigos 67 e 84 da norma mencionada:

*“Art. 67. Os créditos decorrentes de obrigações contraídas pelo devedor durante a recuperação judicial, inclusive aqueles relativos a despesas com fornecedores de bens ou serviços e contratos de mútuo, serão considerados extraconcursais, em caso de decretação de falência, respeitada, no que couber, a ordem estabelecida no art. 83 desta Lei.”*

*“Art. 84. Serão considerados créditos extraconcursais e serão pagos com precedência sobre os mencionados no art. 83 desta Lei, na ordem a seguir, aqueles relativos:*

*I - (revogado);*

*I-A - às quantias referidas nos arts. 150 e 151 desta Lei;*

*I-B - ao valor efetivamente entregue ao devedor em recuperação judicial pelo financiador, em conformidade com o disposto na Seção IV-A do Capítulo III desta Lei;*

*I-C - aos créditos em dinheiro objeto de restituição, conforme previsto no art. 86 desta Lei;*

*I-D - às remunerações devidas ao administrador judicial e aos seus auxiliares, aos reembolsos devidos a membros do Comitê de Credores, e aos créditos derivados da legislação trabalhista ou decorrentes de acidentes de trabalho relativos a serviços prestados após a decretação da falência;*

*I-E - às obrigações resultantes de atos jurídicos válidos praticados durante a recuperação judicial, nos termos do art. 67 desta Lei, ou após a decretação da falência;*

*II - às quantias fornecidas à massa falida pelos credores;*

*III - às despesas com arrecadação, administração, realização do ativo, distribuição do seu produto e custas do processo de falência;*

*IV - às custas judiciais relativas às ações e às execuções em que a massa falida tenha sido vencida;*

*V - aos tributos relativos a fatos geradores ocorridos após a decretação da falência, respeitada a ordem estabelecida no art. 83 desta Lei.*

*§ 1º As despesas referidas no inciso I-A do caput deste artigo serão pagas pelo administrador judicial com os recursos disponíveis em caixa.*

*§ 2º O disposto neste artigo não afasta a hipótese prevista no art. 122 desta Lei.”*

Com efeito, conforme já anotado nesta decisão, o deferimento da recuperação judicial se deu em 16/08/2018. Os pagamentos efetuados pelo reclamante, por sua vez, ocorreram em 29/11/19, 10/06/20, 02/07/20 e 06/08/20, respectivamente.

Dúvidas não há, dessa forma, de que o crédito em questão tem natureza extraconcursal, pois originado no curso da recuperação judicial e não anteriormente a ela.

Vale dizer que o Tema 51, do C. STJ, invocado pelos Réus, seria aplicável com relação aos autores das ações cíveis, por meio das quais reclamante e 1ª Reclamada foram condenados. No tocante ao autor da presente, certo está que o fato gerador de seu crédito junto à ex-empregadora teve origem com o pagamento por ele efetuado.

Responsabilidade da Empregadora

A responsabilidade da ex-empregadora quanto ao pagamento dos valores objeto de condenação nas demandas cíveis não comporta grandes digressões.

São inúmeros os documentos constantes dos autos, notadamente correspondências eletrônicas e até mesmo declaração perante o Juízo Cível, por meio dos quais a editora reconhece ser responsável pelas despesas processuais e condenações oriundas de demandas judiciais ajuizadas contra seus funcionários no exercício de suas funções, a exemplo fls. 306 e ss e fls. 360 e ss.

A par disso, o art. 2º, da CLT, determina serem da empregadora os riscos da atividade econômica, não sendo lícito transferir tal responsabilidade aos empregados, normatização do princípio da alteridade, que rege as relações de emprego.

*Art. 2º - Considera-se empregador a empresa, individual ou coletiva, que, assumindo os riscos da atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação pessoal de serviço.*

No caso, há também norma coletiva a determinar a responsabilidade integral da empregadora, instrumento este vigente à época dos fatos e repetida nas convenções posteriores, *in verbis*:

#### *DEFESA JUDICIAL*

*No caso de vir o jornalista a ser judicialmente processado, a empresa patrocinará a sua defesa, custeando todas as despesas até decisão final transitada em julgado, desde que a matéria objeto do processo tenha sido autorizada pela direção da empresa e não fuja à orientação que esta tenha dado.*

Em nenhum momento houve contestação por parte da 1ª Reclamada acerca do ajuste feito por intermédio de negociação coletiva. Ao contrário, há expresse reconhecimento de sua responsabilidade integral na peça defensiva, sendo a recuperação judicial, segundo alega, o óbice único ao não pagamento integral.

#### Danos Materiais.

Diante de todo o exposto acima, sendo incontroversos os valores pleiteados e inegável a responsabilidade da ex-empregadora pelo seu pagamento, condeno a 1ª Reclamada ao pagamento do valor de R\$ 401.498,75 ao Reclamante, nos termos postulados na inicial.

#### Danos Morais.

O Reclamante também pleiteia indenização por danos morais. Sustenta que a 1ª Reclamada deixou de honrar com seus compromissos, o que fez com que fosse executado pessoalmente na Justiça Comum. Acrescenta que as execuções foram objeto de diversas matérias jornalísticas, com danos à sua honra e imagem. Teve determinados bloqueios de bens, penhora do imóvel onde residia e um veículo de seu genitor foi objeto de constrição. Para arcar com os custos, contou com a ajuda de conhecidos.

Em defesa, a 1ª Reclamada sustenta que os fatos acima narrados decorreram da condenação ao autor, de forma solidária. Aduz que jamais se eximiu de sua responsabilidade, tampouco deixou de amparar o Reclamante. Solicitou a suspensão das execuções com base no *stay period*, assim como a habilitação dos créditos no quadro geral de credores da recuperação judicial. Os autores das demandas cíveis optaram, contudo, por executar o reclamante. Acrescenta que não agiu com culpa ou dolo, tendo deixado de ressarcir o autor exclusivamente em razão da recuperação judicial em andamento.

Pois bem.

O dano moral é aquele sofrido na esfera extrapatrimonial do indivíduo, em seus direitos de personalidade. Os danos de tal natureza encontram proteção expressa na Constituição da República, em seu art. 5º, V, sendo tal proteção decorrência direta do direito à dignidade humana, também assegurada pelo diploma constitucional (art. 1º, III), o qual constitui fundamento da República Federativa do Brasil.

Em assim sendo, devem haver, no ordenamento pátrio, mecanismos hábeis para se assegurar a reparação a qualquer lesão à dignidade do indivíduo, e a indenização se mostra como um dos meios disponíveis para tal.

O ordenamento brasileiro exige, como pressupostos para a obrigação de indenizar, a concorrência de alguns elementos, quais sejam: ação ou omissão voluntária, ocorrência de dano efetivo, nexos causal entre a conduta e o dano e, em se tratando de responsabilidade subjetiva, também o elemento culpa do agente, a teor dos artigos 186 e 927 do Código Civil Brasileiro.

O art. 223-B, da CLT, conceitua como dano de natureza extrapatrimonial aquele que atinja a esfera moral ou existencial da pessoa natural ou jurídica, sendo bens tutelados, dentre outros, imagem, honra, intimidade, liberdade de ação e autoestima.

O dano moral é *in re ipsa*, dependente da prova da ocorrência do fato, tendo em vista a impossibilidade de se provar sofrimento, angústia ou dor

moral. Assim, comprovado o fato lesivo, provado estará o dano moral. Afinal, é da característica própria do dano moral, o fato de repercutir na esfera íntima do lesado e na sua intimidade psíquica.

Analisando a prova dos autos, verifico serem verdadeiras as informações trazidas pelo Reclamante.

A culpa da empregadora é manifesta, haja vista que reconhece de forma plena e inequívoca sua responsabilidade pelos pagamentos dos valores com os quais o reclamante arcou, tendo, contudo, deixado de fazê-lo. Ainda que tenha ocorrido impedimento posterior aos pagamentos, com base nos limites estabelecidos pelo plano de recuperação judicial, este é fruto de ato da própria ré. Inequívoca, portanto, sua culpabilidade com relação aos danos suportados pelo autor, uma vez que colaborou para a ofensa do bem jurídico tutelado, conforme art. 223-E, da CLT.

Quanto aos efetivos danos e sua extensão, a documentação constante dos autos demonstra que o Reclamante teve determinados contra si (i) penhora de ativos financeiros por meio do antigo sistema BACENJUD (fls. 700/765), (ii) bloqueio para fins de transferência e circulação de veículo, que posteriormente comprovou-se ser de seu genitor, sem fraude à execução (fl. 775) e (iii) penhora de imóveis (fl. 808). Claro está, portanto, que com a execução voltada contra si, teve o autor diversos constrangimentos.

Há que se ressaltar, ademais, que os fatos foram objeto de ampla repercussão midiática, o que reforça danos à esfera íntima e moral do autor.

Diante da clareza dos elementos constantes dos autos e presença dos requisitos necessários à configuração da responsabilidade civil, outra não pode ser a solução, senão a de condenar a 1ª Reclamada no pagamento de indenização por danos morais ao Reclamante, no importe de R\$ 70.000,00.

Esclareço que, para a quantificação dos danos, foram levados em conta os seguintes parâmetros: caráter pedagógico e punitivo da obrigação de indenizar, capacidade econômica das partes envolvidas e gravidade da ofensa.

#### Danos à Liberdade de Imprensa

Finalmente, o autor alega danos à liberdade de imprensa e aos interesses da coletividade. Quanto a tais questões, em especial a possibilidade ou não de responsabilização de jornalistas, não cabe a este Juízo tecer ponderações. Primeiramente porque a matéria foge à competência desta Especializada. Além disso, as demandas em que Reclamante e 1ª Reclamada foram solidariamente condenados e

que deram origem à discussão travada na presente, já transitaram em julgado e, portanto, estão protegidas pelo manto da coisa julgada, nos termos do art. 5º, XXXVI, da Constituição da República, não cabendo quaisquer novas discussões a seu respeito.

## RECUPERAÇÃO JUDICIAL

O art. 6º, §2º, da Lei 11.101/2005, determina que as ações que tenham por objeto créditos derivados da relação de trabalho poderão prosseguir até a apuração correspondente, após o quê, se procederá a inscrição no quadro geral de credores. Os §§ 4º e 5º do mesmo artigo determinam que a suspensão da execução somente perdurará por 180 dias, contados do deferimento da recuperação judicial.

O deferimento do processamento da recuperação judicial da 1ª reclamada, que tramita perante a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, sob Processo nº 1084733-43.2018.8.26.0100, ocorreu em 16/08/18 (fls 395 e ss). Dúvidas não há de que foi ultrapassado o prazo legal de 180 dias e que, em princípio, não haveria que se falar na suspensão do curso da presente ação ou de sua execução.

Apesar disso, o C. Superior Tribunal de Justiça e o E. Tribunal Superior do Trabalho pacificaram entendimento no sentido de que, ainda que esgotado o prazo legal de 180 dias, a competência executória permanece junto ao Juízo da Recuperação Judicial. Tal entendimento é estendido aos créditos extraconcursais, haja vista a necessidade de controle único dos atos de constrição patrimonial pelo Juízo da recuperação, sob pena de prejuízo aos credores da empresa recuperanda.

Neste sentido:

*“PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. JUÍZO DE DIREITO E JUÍZO DO TRABALHO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PROCESSAMENTO DEFERIDO. NECESSIDADE DE SUSPENSÃO DAS AÇÕES E EXECUÇÕES. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PRECEDENTES.*

*1. Uma vez deferido o processamento da recuperação judicial, ao Juízo Laboral compete tão-somente a análise da matéria referente à relação de trabalho, vedada a alienação ou disponibilização do ativo em ação cautelar ou reclamação trabalhista.*

*2. É que são dois valores a serem ponderados, a manutenção ou tentativa de soerguimento da empresa em recuperação, com todas as consequências sociais e econômicas daí decorrentes - como, por exemplo, a preservação de empregos, o giro comercial da recuperanda e o tratamento igual aos credores da*

mesma classe, na busca da "melhor solução para todos" -, e, de outro lado, o pagamento dos créditos trabalhistas reconhecidos perante a justiça laboral.

3. Em regra, uma vez deferido o processamento ou, a fortiori, aprovado o plano de recuperação judicial, revela-se incabível o prosseguimento automático das execuções individuais, mesmo após decorrido o prazo de 180 dias previsto no art. 6º, § 4, da Lei 11.101/2005. 4. Conflito conhecido para declarar a competência do Juízo de Direito da Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Distrito Federal."(CC 112799 DF 2010/0117928-8, Relator Ministro Luiz Felipe Salomão, julgamento de 14.03.2011, Dje 22.03.2011)."

"AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO PELO EXEQUENTE. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. PROSSEGUIMENTO DA EXECUÇÃO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. Decretada a falência ou deferido o processamento da recuperação judicial, a competência da Justiça do Trabalho para executar créditos contra a massa falida ou a empresa em recuperação judicial estende-se até a individualização e a quantificação do crédito, após o que cabe ao credor habilitá-lo no Juízo universal. Dentro deste contexto, nos exatos termos delineados pelo Tribunal a quo, a Justiça do Trabalho não detém competência para o prosseguimento da execução. Ocorre que, se a finalidade da recuperação judicial é viabilizar a superação da crise econômico-financeira da empresa, mantendo sua fonte produtora, o emprego dos trabalhadores e os interesses dos credores, além de promover a preservação das empresas, sua função social e o estímulo à atividade econômica, permitir a constrição de bens que compõem o ativo de empresa em estado de recuperação judicial poderá provocar prejuízos que colocarão em risco o cumprimento do próprio plano. Agravo de instrumento conhecido e não provido." (AIRR-7-11.2014.5.06.0292, Relatora Ministra Dora Maria da Costa, 8ª Turma, DEJT de 27 /9/2019).

"AGRAVO INTERNO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. DEFERIMENTO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. MEDIDAS DE CONSTRIÇÃO DO PATRIMÔNIO DA EMPRESA. CRÉDITO EXTRACONCURSAL. CONSTRIÇÃO INDIRETA. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. 1. Os atos de execução dos créditos promovidos contra empresas falidas ou em recuperação judicial, sob a égide do Decreto-Lei n.

7.661/45 ou da Lei n. 11.101/05, bem como os atos judiciais que envolvam o patrimônio dessas empresas, devem ser realizados pelo Juízo universal. 2. Ainda que o crédito exequendo tenha sido constituído depois do deferimento do pedido de recuperação judicial (crédito extraconcursal), a jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que, também nesse caso, o controle dos atos de constrição patrimonial deve prosseguir no Juízo da recuperação. Precedentes. 3. Declarada a incompetência do Juízo laboral para prosseguir com a execução e reconhecida a competência do Juízo



*da recuperação, caso seja de seu interesse, incumbe ao credor-exequente diligenciar junto a este, no intento de satisfazer e viabilizar sua pretensão executória. 4. Agravo interno não provido. (CC 175484 / MG 2020/0271892-8, Relator Ministro Luis Felipe Salomao, 2ª Seção, DEJT de 20/4/2021).*

Por conseguinte, em que pese ultrapassado o prazo legal para suspensão de futura execução, curvo-me à jurisprudência dominante dos Tribunais Superiores, determinando que, após a apuração dos haveres da parte autora, tais créditos sejam habilitados perante o Juízo da Recuperação Judicial.

Dê-se imediata ciência ao Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital do Estado de São Paulo acerca da presente, nos termos do art. 6º, §6º, I, da Lei 11.101/05.

#### RESPONSABILIDADE DOS DIRETORES E ADMINISTRADORES. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA.

Friso, primeiramente, que a suspensão das execuções em face do devedor, a partir da decretação da recuperação judicial, nos termos do art. 6º da Lei nº 11.101/2005, só tem alcance em relação à empresa em recuperação, não abarcando os devedores solidários e/ou subsidiários. As recentes alterações à Lei de Falências (Lei nº 11.101/2005) não trouxeram modificações no particular, tendo sido mantido o entendimento anterior quanto à possibilidade de prosseguimento da execução dos devedores solidários / subsidiários nesta Especializada.

As dificuldades financeiras pelas quais passa a empregadora restaram incontroversas nos autos. A situação de provável insolvência justifica, portanto, a desconsideração requerida, razão pela qual acolho o incidente de desconsideração suscitado.

Pois bem.

Há que se consignar que a 1ª Reclamada é constituída sob a forma de sociedade anônima, nos moldes estabelecidos pela Lei nº 6.404/76 e, portanto, pode ter como órgãos a diretoria, o conselho fiscal e o conselho de administração. Referido diploma legal, em seu artigo 138, §§ 1º e 2º, é taxativo, impondo a representação da companhia privativamente aos diretores, aos quais incumbem os efetivos atos de gestão.

Com efeito, os membros da diretoria, na condição de administradores, não são pessoalmente responsáveis pelas obrigações que contraírem em nome da sociedade e em virtude de atos regulares de gestão. Responderão



civilmente, todavia, nos termos do artigo 158 da Lei nº 6.404/76, pelos prejuízos que causarem quando procederem, dentro de suas atribuições ou poderes, com culpa ou dolo, ou em violação da lei ou do estatuto:

*Art. 158. O administrador não é pessoalmente responsável pelas obrigações que contrair em nome da sociedade e em virtude de ato regular de gestão; responde, porém, civilmente, pelos prejuízos que causar, quando proceder:*

*I - dentro de suas atribuições ou poderes, com culpa ou dolo;*

*II - com violação da lei ou do estatuto.*

O artigo 1.016 do Código Civil de 2002 também prevê que os administradores respondem solidariamente perante a sociedade e terceiros prejudicados por culpa no desempenho de suas funções

*Art. 1.016. Os administradores respondem solidariamente perante a sociedade e os terceiros prejudicados, por culpa no desempenho de suas funções.*

Com efeito, o artigo 50 da legislação possibilita, da mesma forma, que os bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica sejam atingidos em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou confusão patrimonial.

*Art. 50. Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, pode o juiz, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, desconsiderá-la para que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares de administradores ou de sócios da pessoa jurídica beneficiados direta ou indiretamente pelo abuso*

No Código Tributário Nacional, artigo 135, há menção expressa de que os diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado são pessoalmente responsáveis pelos créditos tributários em razão de atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos.

*Art. 135. São pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos:*

*III - os diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado.*

Conforme se depreende dos diversos dispositivos legais citados acima, é plenamente possível a responsabilização pessoal do acionista e do administrador de sociedade anônima, por dívidas contraídas pela empresa, desde que atendidos os requisitos da lei.

Dúvidas não há, nesse sentido, de que a responsabilização das pessoas físicas é excepcional e, portanto, é necessário haver prova robusta nos autos de que o acionista, diretor ou administrador agiu com culpa ou dolo, de modo contrário ao estatuto ou à lei.

Na hipótese dos autos, houve inegável sonegação a direitos do autor, que se viu compelido a arcar com condenação na esfera cível, sem o integral ressarcimento de suas despesas por parte da empregadora. Tal fato, por si, não justifica, contudo, a responsabilização das pessoas naturais indicadas. Vale dizer que a companhia reconheceu sua responsabilidade pelo pagamento de tais valores, tendo, inclusive, arcado integralmente com a quantia objeto de condenação em uma das 3 ações cíveis em que foi solidariamente responsabilizada com o reclamante.

Não houve, no presente caso, comprovação denexo direto de causalidade entre a conduta dos administradores e o dano ao reclamante, não sendo possível reconhecê-lo tão somente sob a alegação da má administração ou má condução nos negócios da empresa. Tampouco a existência de patrimônio elevado por parte das pessoas físicas é fator a determinar sua responsabilidade, sem que presentes os requisitos legais autorizadores do alcance de seu patrimônio.

Quanto às matérias jornalísticas juntadas, no sentido de que a companhia teria sido adquirida pelo valor simbólico de R\$ 100.000,00, nada indica – por espantoso que pareça – que isso tenha ocorrido com prejuízo financeiro à empresa, presumindo-se, apenas, que tenha relação com a cláusula de isenção de responsabilidade dos antigos administradores, inserida como condição para o fechamento do negócio e, claro, com o estrondoso valor das dívidas da empresa, amplamente noticiado pela imprensa.

Na verdade, o item VI, dos “Considerandos” do plano de recuperação judicial aprovado pelo Juízo competente menciona que houve aporte financeiro no valor de R\$ 70.000.000,00 por parte da compradora, o que faz cair por terra a alegação de fraude na aquisição da editora ou concretização da venda em prejuízo a credores (fl. 2077).

Com relação à suposta promessa de pagamento feita pelos Diretores, nada indica que tenham assumido tal responsabilidade de forma pessoal,

até mesmo porque a 1ª reclamada reconhece seu dever e obrigação de ressarcimento, levando a crer que tal compromisso, acaso tenha realmente existido, tenha sido feito em nome da companhia.

Diante do exposto, julgo improcedentes os pleitos formulados em face das pessoas físicas integrantes do polo passivo da presente reclamatória, não havendo que se falar em sua condenação solidária no pagamento das verbas objeto de condenação na presente.

Não há, finalmente, que se falar em sucessão empresarial, haja vista que a devedora principal continua a existir, tendo havido alteração exclusivamente em sua composição acionária e nos órgãos de administração. A 1ª Reclamada, ex-empregadora e principal devedora, continua a existir.

#### TUTELA DE URGÊNCIA

Rejeito o pleito de tutela provisória formulado pelo autor. Estando a 1ª Reclamada em processo de recuperação judicial, nos termos já salientados, o crédito deferido na presente deve ser habilitado naqueles autos.

Além disso, nos termos do art. 6º, III, da Lei 11.101/2005, com a nova redação dada pela Lei 14.112/20, é proibida *"qualquer forma de retenção, arresto, penhora, sequestro, busca e apreensão e constrição judicial ou extrajudicial sobre os bens do devedor, oriunda de demandas judiciais ou extrajudiciais cujos créditos ou obrigações sujeitem-se à recuperação judicial ou à falência."*

Quanto aos demais reclamados, não tendo sido reconhecida sua responsabilidade solidária, há também que se rejeitar a pretensão.

#### LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ

Não se verificando quaisquer das hipóteses previstas no art. 793-B, da CLT, razão não há para condenar a parte autora por litigância de má-fé.

A sua concordância relativa aos pagamentos efetuados no âmbito das condenações cíveis e mesmo eventual conhecimento das limitações estabelecidas no plano de recuperação judicial, não o impedem de pleitear nesta Especializada o respectivo ressarcimento do valor restante.

Rejeito.

## HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

São devidos pelas partes reciprocamente, honorários advocatícios de 5% sobre o valor atualizado que resultar da liquidação da sentença, observados o grau de zelo dos patronos, o lugar de prestação, a natureza e a importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço, atendido o artigo 791-A, da CLT, vedada a compensação e devendo o montante correspondente às rés ser igualmente partilhado entre elas.

## EMBARGOS DECLARATÓRIOS

Não se olvidem as partes de que não são admitidos embargos de declaração para revisão de fatos e provas ou a própria decisão, sujeitando-se à previsão do parágrafo § 2º do art. 1.026 e artigos 80 e 81, do CPC.

Registro, por oportuno, ser incabível a tese do prequestionamento como fundamento da propositura de embargos de declaração contra decisão de primeiro grau, pois toda a matéria debatida pode ser devolvida à apreciação do E. Tribunal Regional, conforme entendimento consolidado na Súmula 393, do C. TST.

## III. CONCLUSÃO

Ante o exposto e por tudo mais que dos autos consta:

- a. rejeito as preliminares aventadas;
- b. JULGO PROCEDENTES EM PARTE os pedidos formulados por ANDRÉ RIZEK LOPES em face de ABRIL COMUNICAÇÕES S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL para, nos termos da fundamentação, condenar a 1ª Reclamada no pagamento das seguintes verbas ao Reclamante:

indenização por danos materiais, no importe de R\$ 401.498,75;

indenização por danos morais, no valor de R\$ 70.000,00;

- c. JULGO IMPROCEDENTES os pleitos formulados em face de FABIO SOARES MIRANDA DE CARVALHO, GIANCARLO FRANCESCO CIVITA e VICTOR CIVITA.

Sobre o principal devido, que terá como limite os valores indicados nos pedidos da inicial (nos termos dos artigos 840, § 1º da CLT e artigos 141 e 492 do CPC), incidirá, na fase pré-judicial, correção monetária pelo IPCA-E (conforme decisão conjunta nas ADCs 58 e 59 e ADIs 5.867 e 6.021) e juros de mora (Súmula 200 /TST e OJ 400 SDI-1/TST e Súmula 19/TRT 2ª Região) contados desde o ajuizamento da ação (art. 883 da CLT), à taxa de 1% ao mês, pro rata die, (Lei nº 8.177/91), de forma simples, não capitalizados. A partir da citação incidirá atualização monetária pela taxa Selic, nos termos estabelecidos na decisão mencionada, até que sobrevenha solução legislativa. Não sendo possível determinar a data da citação, observar-se-á o entendimento consolidado na Súmula 16, do C. TST. Observe-se o disposto na Súmula 439, do C. TST com relação à indenização por danos morais.

Para os fins do art. 832, §3º, da CLT, indico que as parcelas deferidas possuem natureza indenizatória.

Custas pela 1ª Reclamada, no importe de R\$ 9.429,98, calculadas sobre R\$ 471.498,75, valor ora atribuído à condenação.

São devidos pelas partes autora e ré reciprocamente, honorários advocatícios de 5% sobre o valor atualizado que resultar da liquidação da sentença, na forma da fundamentação.

Após a apuração dos haveres da parte autora, determino que o crédito seja habilitado perante o Juízo da Recuperação Judicial.

Dê-se imediata ciência ao Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, acerca da presente.

Intime-se a União Federal. Intimem-se as partes.

SAO PAULO/SP, 25 de junho de 2021.

ANA LIVIA MARTINS DE MOURA LEITE  
Juiz(a) do Trabalho Substituto(a)



Assinado eletronicamente por: ANA LIVIA MARTINS DE MOURA LEITE - Juntado em: 25/06/2021 09:57:56 - 6a7187b  
<https://pje.trt2.jus.br/pjekz/validacao/21062509570169000000219765405?instancia=1>  
Número do processo: 1001255-37.2020.5.02.0052  
Número do documento: 21062509570169000000219765405